

# EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: TRABALHO, EDUCAÇÃO E EVASÃO ESCOLAR

*YOUTH AND ADULT EDUCATION: WORK, EDUCATION AND SCHOOL EVASION*

*EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS: TRABAJO, EDUCACIÓN Y EVASIÓN ESCOLAR*

Elaine dos Santos Lisboa<sup>1</sup>  
Cristiane Dall' Agnol da Silva Benvenuti<sup>2</sup>

## Resumo

Este trabalho teve como objetivo identificar, em documentos e dados estatísticos, fatores que contribuem para a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos - EJA. O tema é o resultado das inquietações que surgiram durante a graduação e a ausência de discussões no curso sobre essa modalidade de ensino, além da necessidade de compreender os possíveis motivos que levam tantos alunos, jovens e adultos a abandonarem escola. Pretende-se verificar as taxas de evasão respeito ao número de alunos matriculados e estudar aspectos que possibilitem aumentar o índice dos que permanecem na EJA. A evasão não é problema de uma única escola; o fato de ela tentar avançar nos processos pedagógicos — que envolvem aspectos cognitivos, afetivos, morais, sociais, entre outros —, parece que não garante a permanência desses alunos na escola. Esta pesquisa adotou um caráter bibliográfico e documental, que teve como fonte livros, artigos e sites. Os autores que nortearam a pesquisa foram Souza (2011), Paula e Oliveira (2012) e Gadotti (2001). Conclui-se que há fatores do cotidiano dos adultos e jovens na EJA que contribuem para a evasão. A escola e os professores devem compreender a realidade dos alunos e estes fatores, para que minimizem o impacto da evasão. Algumas sugestões são contempladas, mas a necessidade de políticas nacionais é inevitável.

**Palavras-chave:** Trabalho. EJA. Formação de professores. Evasão escolar.

## Abstract

This work aimed to identify, in documents and statistical data, factors that contribute to school dropout in Youth and Adult Education - EJA. The theme is the result of the concerns that arose during graduation and the absence of discussions in the course on this type of teaching, in addition to the need to understand the possible reasons that lead so many students, young people and adults to leave school. It is intended to verify the dropout rates regarding the number of students enrolled and to study aspects that make it possible to increase the rate of those who remain in the EJA. Evasion is not a problem for a single school; the fact that it tries to advance in the pedagogical processes - which involve cognitive, affective, moral, social aspects, among others —, it seems that it does not guarantee the permanence of these students in the school. This research adopted a bibliographic and documentary character, which was based on books, articles and websites. The authors who guided the research were Souza (2011), Paula and Oliveira (2012) and Gadotti (2001). It is concluded that there are factors in the daily lives of adults and young people in EJA that contribute to evasion. The school and teachers must understand the students' reality and these factors, in order to minimize the impact of dropout. Some suggestions are considered, but the need for national policies is inevitable.

**Keywords:** Work. EJA. Teachers' training. School evasion.

## Resumen

Este trabajo tuvo como objetivo identificar, en documentos y datos estadísticos, factores que contribuyen para la evasión escolar en la Educación de Jóvenes y Adultos – EJA. El tema es resultado de inquietudes que surgieron durante el curso de pregrado y la inexistencia, en el curso, de discusiones sobre esa modalidad de educación,

---

<sup>1</sup> Aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia. E-mail: lisboa.0001@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora Orientadora, Doutoranda em Educação, Professora do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro Universitário. E-mail: cristiane.b@uninter.com.

además de la necesidad de comprender los motivos que llevan a tantos alumnos, jóvenes y adultos, a abandonar la escuela. Se pretende verificar las tasas de evasión respecto al número de alumnos matriculados y estudiar aspectos que permitan aumentar el índice de los que permanecen en la EJA. La evasión no es problema de una única escuela; el hecho de que ella intente avanzar en los procesos pedagógicos — que incluyen aspectos cognitivos, afectivos, morales, sociales, entre otros —, no parece garantizar la permanencia de esos alumnos en la escuela. Esa es una investigación de carácter bibliográfico y documental, que tuvo como fuente libros, artículos y páginas web. Los autores que orientaron esta investigación fueron Souza (2011), Paula y Oliveira (2012) y Gadotti (2001). Se concluye que hay factores en el cotidiano de los adultos y jóvenes en la EJA que contribuyen para la evasión. La escuela y los profesores deben comprender la realidad de los alumnos y esos factores, para minimizar el impacto de la evasión. Algunas sugerencias se presentan, pero la necesidad de políticas nacionales es inevitable.

**Palabras-clave:** Trabajo. EJA. Formación de profesores. Evasión escolar.

## 1 Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem por objetivo oportunizar aos jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, que se encontram em sistemas penais e adolescentes em conflito com a lei — e que estão fora da faixa etária da escolaridade regular —, a continuidade e conclusão de seus estudos.

A modalidade visa, em seus documentos legais e leis que a amparam, oferecer para todas essas pessoas citadas a oportunidade de escolarização que vincule a educação básica, nível médio, à educação profissional. Com ela, pretende o desenvolvimento de competências e habilidades que propiciem a formação integral do aluno, como cidadão e como profissional de qualidade.

As classes da EJA recebem alunos com nível cultural e educacional diferenciado, o que faz com que o espaço da sala de aula se torne um ambiente rico e marcado pela diversidade. No entanto, a EJA apresenta recorrentes situações de abandono, de evasão escolar.

Muitas vezes, os alunos de EJA, em decorrência de fracassos anteriores, têm baixa autoestima, precisam de motivação e o professor tem que buscar diferentes maneiras de promover e despertar o seu interesse e entusiasmo para o aprender.

A evasão não é uma situação-problema de uma única escola; ela se estabelece em ordem nacional e existem inúmeros problemas e dificuldades enfrentadas no cotidiano dos alunos que permeiam o seu processo de escolarização, tornando-os reféns da ignorância e mantendo-os como analfabetos.

Este trabalho teve por objetivo estudar a Educação de Jovens e Adultos no Brasil e a sua relação com o trabalho, procurando entender melhor o que leva muitos jovens a optar pelo trabalho e desistir da escola. Assim, fez-se um breve percurso histórico, desde a colonização do Brasil, para entender as políticas públicas que giram em torno dessa modalidade de ensino, suas conquistas e os seus desafios ao longo da história.

O presente trabalho busca ainda compreender quem é o aluno da EJA e o que busca na Educação de Jovens e Adultos, além de dialogar sobre a questão da formação do profissional que atua nesta modalidade de ensino, como acontece essa formação e onde. Para tanto, teve como metodologia a leitura de livros e pesquisas na Internet, afim de levantar material para realização deste trabalho.

## **2 Breve histórico da educação de jovens e adultos**

A Educação de Adultos passou a ser vista como uma necessidade desde quando o Brasil era uma colônia de Portugal, quando a família real chegou aqui e percebeu que precisava de pessoas mais preparadas para servir à corte portuguesa. Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (DCE-EJA), publicadas, a partir das Diretrizes Nacionais (BRASIL, 2000), pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, em 2006:

Constata-se a emergência de políticas para a educação de jovens e adultos, focada e restrita sobretudo, aos processos de alfabetização, de modo que é muito recente a conquista, o reconhecimento e a definição desta modalidade como política pública de acesso e continuidade à escolarização básica (PARANÁ, 2006, p.16).

Sendo a educação um privilégio de poucos, havia grande necessidade de uma política pública que oportunizasse a escolaridade desta população e a sua continuidade. Assim, começaram a surgir os cursos noturnos no Brasil. Além destes apontamentos, ainda podemos observar nas Diretrizes Curriculares que, durante quase quatro séculos, houve uma educação excludente, onde somente brancos, cristãos e homens eram alfabetizados.

Assim, “durante quase quatro séculos observa-se o domínio da cultura branca, cristã, masculina e alfabetizada sobre a cultura dos índios, negros, mulheres e analfabetos” (PARANÁ, 2006, p. 16). O Censo Nacional de 1890 aponta essa realidade, que verificou a existência de 85,21% de “iletrados” na população total brasileira.

A esse respeito, Paula e Oliveira (2012, p. 17) esclarecem que, durante o início do período republicano não houve grandes avanços na Educação de Jovens e Adultos, mesmo sabendo-se da necessidade de desenvolver políticas para eliminar o analfabetismo.

Ainda neste sentido, conforme Souza,

O adulto iletrado marcava uma sociedade então bastante subdesenvolvida. Era tratado como ser “ignorante” e como sujeito que precisava ser “ajustado socialmente”, e a educação era um dos caminhos para superar o atraso que se dizia no campo da política, se encontrava a sociedade brasileira (SOUZA, 2011, p. 37).

A necessidade de desenvolvimento e ajuste da sociedade, por meio da educação, levou o governo a dar os primeiros passos para a educação de jovens e adultos. Porém, surge a necessidade de encontrar uma metodologia adequada para se trabalhar com adultos e assim aparecem as primeiras críticas à forma que tomou essa modalidade.

Conforme Souza (2011, p. 37), os primeiros programas do governo para a educação de adultos tinham a mesma metodologia de ensino que era desenvolvida com crianças. Gadotti (2001, p. 39) afirma que “o adulto não pode ser tratado como uma criança cuja história de vida apenas começa. Ele quer ver aplicação imediata do que está aprendendo”.

A educação popular avançou, começaram a surgir questionamentos sobre as metodologias utilizadas na educação de adultos. Além disso, Gadotti (2001, p. 124) indica a necessidade de “promover maior flexibilidade na metodologia, na organização curricular, e na duração de programas de atendimento educacional”. Tudo isso colabora para que a educação seja menos excludente e que através dela se possa construir uma sociedade mais humana.

Com a reforma de João Alves, em 1930, nasce o movimento contra o analfabetismo, que tinha por objetivo aumentar o número de eleitores no Brasil.

Assim, a educação escolar passou a ser considerada baluarte do progresso e do desenvolvimento da nação. O analfabetismo foi compreendido como um “mal e uma doença nacional” e o analfabeto como “inculto, preguiçoso, ignorante e incapaz”. O domínio da leitura e da escrita foi valorizado para a execução das emergentes técnicas de produção industrial, frente ao acelerado processo de urbanização do país (PARANÁ, 2006, p. 17).

Tendo-se a educação como princípio essencial para o desenvolvimento, foi necessário valorizar o domínio da leitura e escrita para o progresso industrial. Nesse momento havia extrema necessidade de adequar os sujeitos à nova realidade. Souza (2011, p. 41) afirma que:

[...] com o fim da Primeira Guerra Mundial acentuou-se os debates sobre a necessidade de aumentar o ensino básico sobretudo o ensino de adultos, mas foi somente após a segunda guerra mundial que a mesma teve mais independência devendo muito aos movimentos populares e à globalização.

A primeira Constituição, no seu artigo 149, reconheceu pela primeira vez, com caráter nacional, a educação como direito de todos e que ela deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos (SOAREZ, 2002, p. 51). Mas o texto da constituição, embora muito pertinente no que diz respeito à educação, não foi de forma alguma suficiente para garantir o acesso e a permanência na escola, mesmo sendo ela um direito de todos.

Souza (2011, p. 41) destaca que “as primeiras iniciativas oficiais relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, começam na década de 1940, com a criação do Fundo Nacional

de Ensino Primário (FNEP)<sup>3</sup>, em 1942”. Nesta mesma perspectiva, Paula e Oliveira (2012, p. 17) ressaltam que, neste mesmo período, o Brasil estava passando por um forte processo de industrialização e, com isso, veio outra reorganização política, que mexeu também no meio educacional.

Na década de 1940, começaram a acontecer os primeiros congressos de educação de jovens e adultos; o primeiro deles foi em 1947, com o eixo temático “o ser brasileiro é ser alfabetizado”; o segundo foi realizado em 1958, nele, Paulo Freire chama a atenção para os problemas sociais que geram o analfabetismo (SOUZA, 2011, p. 47).

Paulo Freire foi um dos mais importantes autores da educação voltada para o público adulto ou a também chamada de educação popular. Foi este autor que:

Idealizou e vivenciou uma pedagogia voltada para as demandas e necessidades das camadas populares, realizada com sua efetiva participação e a partir de sua história e de sua realidade. O trabalho pedagógico com jovens e adultos passou a contar com os princípios da educação popular (PARANÁ, 2006, p. 18).

Muitos movimentos despertam naquele momento como forma de estender a educação a todos os que a ela não tiveram acesso. Conforme Souza (2011, p. 48), a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), também o Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e o Instituto Superior de Ensino Brasileiro (ISEB) são exemplos desses movimentos.

De 1960 a 1964, o que esteve presente na educação foi o princípio educacional de Paulo Freire; entretanto, seus pensamentos foram extintos da educação com a ditadura militar que teve início em 1964.

A influência da concepção freiriana de educação esteve presente nos espaços de ensino popular nos primeiros anos de 1960. Em 1964 com a Ditadura Militar, as experiências de educação de adultos com caráter de emancipação e conscientização política sofreram repressões e foram extintas (SOUZA, 2011, p. 50).

No período da ditadura foram criados alguns programas para combater o analfabetismo, como se mostra a seguir. Em 1967, é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), nos estados de Recife, Paraíba e Sergipe (SOUZA, 2011, p. 51). Neste movimento, dos 40 milhões de pessoas que participaram do movimento somente 10% foi alfabetizado (PARANÁ, 2006, p. 18). Como mostram os dados encontrados nas Diretrizes Curriculares Educação de Jovens e Adultos (DCE\_EJA), este não foi um programa bem-sucedido, tendo em vista que o

---

<sup>3</sup> O Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) foi estabelecido através do Decreto-Lei nº 4958, de 14/11/1942, mas passou a funcionar em 1946. Tinha como finalidade destinar 25% dos recursos do fundo para a Educação de Jovens Adultos.

mesmo não conseguiu de fato alfabetizar a grande maioria de seu alunado. Para Gadotti (2001, p. 36), “o Mobral<sup>4</sup> foi pensado e colocado em prática como uma forma de dominar a população”.

Em 1970 entra em cena o ensino supletivo, que era uma forma de acelerar o processo educacional dos estudantes do sistema de ensino regular. O sistema permitiria ao aluno concluir as primeiras séries no Mobral e seguir seus estudos fazendo o supletivo, inclusive a distância; o supletivo era organizado por módulos (SOUZA, 2011, p. 52).

A Lei n. 5692/71 destinava um capítulo para o ensino supletivo e o Parecer 699/72, do Conselho Nacional de Educação (CNE), regulamentava os cursos supletivos seriados e os exames com certificação (PARANÁ, 2006, p. 19).

O Mobral foi extinto em 1985 e substituído pela Fundação Nacional de Jovens e Adultos, a Fundação Educar. Essa fundação, além de ter vínculo com o MEC, tinha como objetivo criar programas que alcançassem aqueles que não tiveram acesso à escola na idade certa. Foi extinta durante o governo Collor, em 1990; em seu lugar foi criado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) (SOUZA, 2011, p. 52).

A Constituição de 1988 defende o direito da população à educação gratuita, também àqueles que não puderam frequentar a escola na idade correta. A Constituição de 1988 é a sétima do Brasil, foi elaborada com a participação popular, porém, embora ela deixe muito clara a importância de inúmeras garantias individuais, a realidade em que vive o país está muito longe de chegar sequer perto daquela apresentada no seu texto.

No que diz respeito à educação, conforme o texto da Constituição, ela passa a ser direito de todos. O dever do Estado está mais claro quanto ao compromisso com as etapas de ensino e também quanto à oferta de vagas para essas mesmas etapas. Assim sendo, a educação infantil deixa de ser vista como forma de assistencialismo social e o ensino médio passa a ser obrigatório entre jovens de 15 a 17 anos.

A ampliação do atendimento à escolarização da população jovem e adulta pelos sistemas estaduais se vincula às conquistas legais referendadas pela Constituição Federal de 1988. Com ela, a educação de jovens e adultos passou a ser reconhecida como modalidade da educação básica, no conjunto das políticas educacionais brasileiras, estabelecendo-se o direito à educação gratuita para todos os indivíduos, inclusive aos que a ela não tiveram acesso na denominada idade própria.

---

<sup>4</sup> Mobral- Movimento Brasileiro de Alfabetização surgiu em 15 de dezembro de 1967 mediante a Lei nº 5.379. Tinha três características básicas: independência institucional e financeira; articulação de uma organização operacional descentralizada, apoiada em comissões municipais incumbidas de promover a realização de campanha nas comunidades; centralização das orientações do processo educativo.

Em dezembro de 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN- Lei nº9.394/1996 (BRASIL, 1996), cujos artigos 37 e 38 descrevem o ensino supletivo. Essa lei nomeou de Educação de Jovens e Adultos o que na LDB nº5.692\711971<sup>5</sup> se chamava de ensino supletivo. Enquanto o ensino supletivo tinha como meta caminhar mais rapidamente no sistema de ensino, a Educação de Jovens e Adultos pensa em ofertar um ensino de mais qualidade aos educandos e reconhecer a EJA como modalidade de ensino da educação básica, com suas especificidades.

Em 1990 continuam sendo desenvolvidos programas voltados para a EJA; alguns deles são Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (Enejas). Nesses encontros, que acontecem desde 1999, se produzem debates relacionados com a EJA e se discutem o PNE e as Diretrizes da EJA, por exemplo, sempre de forma democrática e aberta ao diálogo.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) foi criado em 1998; esse programa tinha o objetivo de atender às necessidades das pessoas que viviam no campo e assim fortalecer a educação que atendia a essa população. O Pronera esteve presente em projetos envolvidos com a escolarização e alfabetização em vários estados brasileiros. Os projetos do Pronera contavam inclusive com a formação de professores, eles mantinham parcerias através do Incra com instituições públicas e com os governos estaduais.

O Programa Brasil Alfabetizado, parceria entre as secretarias estaduais da educação e entidades da sociedade civil, estava voltado para a educação de jovens e adultos; tinha como objetivo ampliar a escolaridade dos jovens no Brasil. Para isso, o programa contava com o aumento de 50% nos recursos destinados à formação dos alfabetizadores, ampliação do período e alfabetização de seis até oito meses, entre outros.

Em 2000, foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. É um documento que norteia a educação de jovens e adultos, para que as escolas possam atender melhor o seu alunado. Esse documento orienta desde a consideração do perfil do aluno pelas escolas, até a formação dos professores. No Art. 5º, as Diretrizes estabelecem que a identidade da Educação de Jovens e Adultos irá considerar os perfis, as condições, as faixas etárias e irá pautá-los em equidade, proporcionalidade e diferença. O artigo traz outros fundamentos relevantes que são,

---

<sup>5</sup> Lei de Diretrizes e Bases nº5692/71, de 11 de agosto de 1971. Foi aprovada em meio à ditadura militar; tratava em especial do 1º e 2º grau, hoje ensino fundamental e médio. Estabelecia que o ensino médio deveria preparar os alunos também para o mercado de trabalho.

I - quanto a equidade, a distribuição específicas dos componentes curriculares a fim de proporcionar um patamar igualitário de formação e reestabelecer a igualdade de direitos e de oportunidade face ao direito a educação.

II - quanto a diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores.

III - quanto a proporcionalidade, a disposição a alocação adequada de seus componentes curriculares face as necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes, identidades formativas comuns aos demais participantes da educação básica (BRASIL, 2000).

O Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, foi aprovado em 09\01\2001 (BRASIL, 2001); seu objetivo era estabelecer metas para a educação a serem cumpridas em dez anos. Tinha a preocupação de acabar com o analfabetismo e que os alunos pudessem dar continuidade à escolaridade.

Uma de suas metas é estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programa visando alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos, e, até o final da década, erradicar o analfabetismo.

### **3 O aluno da educação de jovens e adultos**

O processo de industrialização em desenvolvimento evidenciou a urgência de poder-se contar com pessoas capacitadas para suprir as necessidades de produção do mercado de trabalho. Conforme Souza (2011, p. 18), “no passado, os sujeitos da educação de adultos buscavam o estudo como forma de inserção no mundo da indústria para melhorar de emprego e de superar o analfabetismo”.

Para Stecanela (2013, p. 51), “na contramão ao produtivismo outra possibilidade é pensar na EJA como oportunidade de desenvolver instrumentos que contribuam para a reflexão e a autonomia em diferentes cenários”. A mesma autora ressalta que a EJA deve formar seus alunos para além da capacidade de produzir, deve instigá-los a querer transformar a sua realidade.

Hoje os sujeitos da EJA são trabalhadores, aposentados, jovens que estão em busca do primeiro emprego, pessoas com necessidades educativas especiais. Constata-se, então que a EJA possui um alunado bem diversificado. E o mesmo ainda afirma que os sujeitos da EJA atualmente são trabalhadores experientes e o jovem com outro tipo de experiência no mundo. A relação com o trabalho está bem presente nesta modalidade de ensino (SOUZA, 2011, p. 20).

Percebe-se então, que a procura pela EJA é de pessoas jovens ou adultas que não tiveram a oportunidade de estudar por diversas razões; muitos trocaram a escola pelo trabalho e, passado



algum tempo, retornam à sala de aula, para tentar suprir a necessidade de aprender a ler e escrever, outros buscam melhorar a qualificação profissional na esperança de assim melhorar a própria renda. Isso mostra como a EJA atende a um público diversificado.

A diversidade pode ser: etária (adolescentes, jovens, adultos e idosos); de gênero (homens, mulheres); étnica (negros, mestiços, indígenas, brancos); cultural (agricultores, pescadores, artesões, operários), essa diversidade costuma revelar uma incidência diferenciada do analfabetismo, e, na mesma medida, demandar estratégias de ação segmentada (PAULA; OLIVEIRA, 2012, p. 50).

As contribuições de Souza, Paula e Oliveira acentuam o que consta na Constituição 1988; todos, sem exceção, devem ter acesso ao seu direito à educação garantida; como diz na constituição, o ensino fundamental é gratuito inclusive para aqueles que não tiveram acesso a ele na idade certa. É necessário que a EJA seja amparada pelas políticas públicas para que possa oferecer uma educação de qualidade e que consiga manter não só o acesso, mas também a permanência desses jovens e adultos trabalhadores na escola.

Esses jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização dos jovens e dos adultos (GADOTTI, 2001, p. 31).

Logo, manter este alunado na escola requer comprometimento por parte de professores e a construção de políticas públicas de qualidade, eficazes para fortalecer a Educação de Jovens e Adultos. Um primeiro passo seria tornar os conteúdos mais significativos, relacionados com a realidade dos alunos, tendo em vista que muitos passam anos longe da sala de aula; quando retornam, devem conciliar o trabalho e a família com a escola.

Para Bassegio e Medeiros (2013, p. 89), é fundamental que as escolas, principalmente aquelas que oferecem cursos noturnos e da EJA, conheçam a realidade de seus alunos. Além disso, ressignificar os conteúdos pela problematização da realidade, nos parece uma questão fundamental no combate à evasão escolar.

Um dos motivos para os estudantes abandonarem os estudos é o trabalho. A condição social do aluno acaba levando-o a optar pelo emprego e não pela escola. Para Paula e Oliveira (2012, p. 51), “a análise do analfabetismo na categoria das faixas etárias indica que essa situação atinge a todas as faixas sendo mais persistente nas gerações de idades mais avançadas”. Assim, a partir da década de 1990, o poder público se esforça para garantir acesso e permanência no ensino fundamental.

**Tabela 1:** Taxa de analfabetismo por faixa etária no Brasil (1996 – 2001)

Faixa etária	Ano		
	1996	1998	2001
10 a 14	8,3%	6,9%	4,2%
15 a 19	6%	4,8%	3,2%
20 a 29	7,6%	6,9%	6%
30 a 44	11,1%	10,8%	9,5%

Fonte: PAULA; OLIVEIRA, 2012, p. 53.

A tabela 1 demonstra que o analfabetismo atinge todas as idades; na faixa etária de 10 a 14 anos, vem diminuindo gradativamente — de acordo com os dados, em 50% —; o grupo de 15 a 19 anos também apresenta os mesmos percentuais. Porém, a partir de 20 anos, nota-se uma taxa de diminuição pequena, sendo mais forte nas pessoas com mais idade.

De acordo com Paula e Oliveira (2012, p. 52), o mapa do analfabetismo revela que 35% dos analfabetos do Brasil têm na sua história uma passagem pela escola. Essa realidade confirma o desafio das propostas escolares, que necessitam repensar seus currículos de modo a se aproximarem dos contextos e das experiências de vida. Assim sendo

Como educadores, sabemos que uma significativa parcela dos jovens adultos busca conciliar suas atividades profissionais com o estudo, no entanto, esse segmento é duramente atingido pela precarização do trabalho, baixos salários e desemprego. Muitos desses homens e mulheres permanecem na economia informal ou em subempregos por falta de qualificação ou de oportunidades, ainda que a legislação educacional com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996)- expresse que a oferta do ensino deva estar adequada às reais condições e especificidades do enquanto alunado, de forma a garantir não somente o acesso, mas também a permanência dos jovens e adultos na escola (PAULA; OLIVEIRA, 2012, p. 52).

Os jovens que, em função do trabalho, abandonam a vida escolar acabam tendo acesso a empregos com piores remunerações, assim sendo, por questões financeiras, acabam se afastando cada vez mais da escola, deixando-a em segundo plano.

Distribuição dos jovens, segundo principal razão para deixar de frequentar a escola, no Brasil, em 2013.

**Tabela 2:** Principais fatores que evidenciam a evasão

Fatores	Nº	%
1. Oportunidade de emprego	7.961.050	27,2
2. Dificuldade financeira	4.133.467	14,1
3. Gravidez	3.273.138	11,2
4. Concluiu o ensino médio	3.076.984	10,5
5. Mudança de faixa etária	1.677.356	5,7

6. Dificuldade de aprender\ reforço escolar	1.581.842	5,4
7. Por não gostar de estudar \não ter interesse	1.127.828	3,8
8. Doença	745.519	2,5
9. Reprovação	544.677	1,9
10. Falta de vagas	4539.45	1,5
11. Casamento	363.301	1,2
12. Concluiu o ensino superior	301.042	1,0
13. Problemas familiares	277.133	0,9
14. Distância	253.360	0,9
15. Concluiu o ensino fundamental	28.680	0,1
16. Já concluiu os estudos	4.779	0
17. Outros motivos	3.115.725	10,6
18. Não sabe\ não opinou	387.064	1,3
<b>Total</b>	<b>29.306.891</b>	<b>100</b>

Fonte: PAULA; OLIVEIRA, 2012, p. 52-53.

A tabela 2 aponta que 27% dos jovens deixou a escola para trabalhar, o que nos leva a entender que o fator socioeconômico pesa na hora de tomar a decisão de continuar ou não os estudos. Em segundo lugar, 14% destes jovens destaca dificuldades financeiras. Esse fator está ligado aos que deixam a escola devido à gravidez (11,2%) — são as meninas que acabam não tendo como conciliar o estudo com o cuidado do filho e o trabalho, do qual necessitam, e, por isso, acabam deixando a escola.

De acordo com a tabela 2, apenas 0,1% concluiu o ensino fundamental, aproximadamente 10,5% finalizou o ensino médio, 5,7% informou que a mudança da faixa etária possibilitou deixar os estudos e, para 5,4%, o fator é a dificuldade de aprender.

Os que não gostam de estudar somam 3,8%; a doença também contribui com o abandono dos estudos, pois 2,5% saiu da escola por esse motivo. A reprovação aponta 1,9%; a mesma gera insegurança e falta de motivação para continuar estudando. A falta de vaga mostrou um índice de 1,5%, um problema que precisa ser analisado com mais cuidado pelos governos. Outro 1,2% deixa a sala de aula porque se casaram, não frequentaram a escola enquanto crianças ou tiveram uma vida escolar com soma de fracassos e desistências.

Apenas 1% concluiu o ensino superior e os problemas familiares e a distância apontam 0,9 % das causas pelas quais se deixou de estudar. A distância é um fator que realmente afasta os alunos da sala de aula pois o lugar onde residem torna quase impossível o acesso à escola.

Paula e Oliveira (2012, p. 54) dizem que “o retorno à sala de aula constitui um enorme esforço individual de cada jovem e adulto, que se encontram à margem dos direitos políticos sociais”. Além disso, por não ter os seus direitos assegurados, quando chegam à escola muitos jovens acabam sem perspectiva de mudar as suas realidades. A escola deveria oportunizar a essas gerações acolhimento, direito a um ensino de qualidade, mas o que se vê é uma escola excludente, que não se preocupa em acolher esses alunos, que são aqueles que mais precisam dela.

Essa exclusão de direitos reflete processos históricos vivenciados pelos sujeitos que se desdobram num quadro abissal de desigualdades definidas pelo nível de escolaridade e de oportunidade do mercado de trabalho. A herança estigmatizada que homens e mulheres recebem e repassam às gerações poderia ser revertida na medida em que são acolhidos pelo sistema educacional e motivados a prosseguir seu processo de escolarização (PAULA; OLIVEIRA, 2012, p. 55).

Então a escola acaba perpetuando uma educação pobre, insuficiente, e até excludente, em que muitas vezes somente as necessidades pedagógicas mínimas do aluno são supridas.

Embora muitos jovens entrem no mercado de trabalho por necessidade ou por precariedade econômica e social de suas famílias, há também, aqueles que, por desejo de autonomia, independência financeira, crescimento profissional, pessoal ou outras razões de cunho subjetivo, entram no mundo do trabalho de forma voluntária. Mas o importante é que a necessidade de trabalhar não seja, para o estudante de baixa renda, um impeditivo para o aumento da escolaridade e da qualificação profissional, assim como não implique na aceitação de um posto de trabalho precário. A conciliação entre estudo e trabalho é um elemento que deve fazer parte da trajetória destes jovens. Porém, como demonstram os dados, os jovens atualmente têm dificuldade de conseguir esta conciliação, entre outros motivos, porque cumprem elevadas jornadas de trabalho (CONSTANZI, 2009 apud PAULA; OLIVEIRA, 2012, p. 55).

A maioria dos jovens que entra no mercado de trabalho o faz por necessidade financeira de suas famílias; outros, para se tornarem mais independentes ou mesmo para buscar realização pessoal; contudo, o que não deveria acontecer é que eles precisem deixar o estudo para dar conta do lado profissional; o ideal seria que esses jovens conseguissem conciliar as duas atividades, sem precisar ocupar postos de trabalho com condições precárias e com rendimento baixo, muitas vezes insuficiente para suprir as necessidades básicas da pessoa. Assim:

o trabalho que transforma nem sempre dignifica os homens e as mulheres. Só o trabalho livre nos dá valor. Só o trabalho com o qual estamos contribuindo para a criação de uma sociedade justa, sem exploradores, nem explorados nos dignifica (FREIRE, 1989, p. 65).

A elevada jornada de trabalho pode ser comprovada pelas pesquisas, como indica a seguinte tabela. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD),

Paula e Oliveira destacam a duração da jornada semanal de trabalho da população jovem que trabalha — no Brasil, em 2013 —, organizada por faixa etária, em %:

**Tabela 3:** Jornada de trabalho

Jornada (em horas)	Faixa etária (em anos)					
	14-13	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 30	37,5	24,7	4,2	13,4	13,9	14,4
De 31 a 44	37,2	41,5	47,9	48,5	48,5	48
Superior a 44	25,3	33,9	38,0	38,1	37,6	37,6

**Fonte:** Adaptado de PAULA; OLIVEIRA, 2012, p. 56.

O maior índice de trabalhadores e trabalhadoras está entre os que têm 22-24 anos. Como mostra a tabela, o índice mais preocupante está entre os trabalhadores adolescentes com idade de 14-15 e 16-17, pois estes, com jornadas de trabalho tão longas, dificilmente poderão conciliar trabalho e estudo. Sem tempo para estudar, muitos deles abandonam a escola.

Assim, conforme o que foi apontado nas tabelas, deve-se considerar:

Pensar a função da EJA nesses cenários implica em não somente considerar com muita propriedade as diferenças descritas anteriormente, mas, sobretudo, evitar que elas se transformem ou se aprofundem nas desigualdades constatadas (PAULA; OLIVEIRA, 2012, p. 59).

Pensar a função da EJA nesse cenário implica refletir sobre a função social da escola e como agente transformador da sociedade. Implica pensar sobre o que pode ser feito para melhorar a trajetória desses alunos e de que forma eles precisam ser acolhidos para que não abandonem a sala de aula. No tópico seguinte abordaremos as concepções de educação da EJA.

### 3.1 Concepções de educação que permeiam a EJA

A concepção de educação usada pelo professor e equipe pedagógica na escola, são as intenções que guiam a prática e assim permitem que se façam interferências dentro do espaço educativo.

A concepção é o ponto de partida que norteia, um pensamento, um argumento, uma prática. É o que fundamenta a ação. A ação é produzida e sistematizada na prática

humana, passando a orientar as atitudes por algum tempo, até que a nova concepção seja produzida e reorienta as relações, as ações (SOUZA, 2011, p. 112).

### Na visão de Paulo Freire, na educação bancária

[...] no lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção “bancária” da educação (FREIRE, 1987, p. 37).

Neste sentido, a educação bancária é uma educação onde o professor não estimula a criatividade de seus alunos, que acabam passando tempo memorizando conteúdos que lhes transmitem. Para Freire (2013, p. 47) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção”. O autor afirma que o professor deve estar sempre aberto à curiosidade, às indagações dos alunos; sua tarefa é a de “ensinar não de transferir conhecimento”.

Paula e Oliveira (2012, p. 71) indicam que “a perspectiva bancária também compreende a prática pedagógica docente, infelizmente ainda recorrente, que emprega com jovens e adultos a mesma metodologia utilizada com as crianças”.

Souza esclarece que

[...] com essa concepção tradicional de ensino, a alfabetização de adultos é caracterizada como semelhante à educação das crianças, e passa a existir uma preocupação excessiva com as técnicas de ensino; os conteúdos são descolados da realidade social dos educandos; há distanciamento entre professor e aluno, bem como uma concepção técnica da oralidade, da escrita e da leitura, sendo estas últimas compreendidas como processo de decodificação de símbolos (SOUZA, 2011, p. 113).

Dessa forma, o ensino de jovens e adultos acaba sendo pobre, não valoriza a cultura dos alunos, está preso a técnicas que não servem para trabalhar com esse público, apresenta conteúdos desconectados da sua realidade.

Por outro lado, na educação crítica, de acordo com Souza (2011, p. 113), “o homem é considerado como sujeito do conhecimento; a escola é identificada como um dos lugares de conhecimento, mas não o único”. A autora esclarece que a metodologia se baseia no diálogo e os conteúdos são problematizados, estabelecendo relações entre os conteúdos da escola e os do mundo.

Pode-se observar que na EJA estão presentes as duas concepções de ensino. Enquanto que a educação bancária enfatiza a dominação, não enxerga o homem como ser histórico, não

abre espaço ao diálogo, a educação crítica liberta, está aberta ao diálogo com os alunos, utiliza a história do homem, é dinâmica etc.

[...] a EJA não possui uma uniformização em relação à sua organização e ao seu funcionamento. É importante destacar que cada estado e município brasileiro organiza o funcionamento da EJA de acordo com suas especificações e particularidades, com base na região em que as escolas estão situadas. Contudo, isso não significa algo negativo, tampouco é sinônimo de desorganização e/ou descaso governamental. Muito pelo contrário: é muito importante que os estados e os municípios e suas secretarias de educação tenham autonomia e, também, possam dar essa autonomia para as escolas se organizarem da melhor forma que lhes convenha (BASEEGIO, MEDEIROS, 2013, p. 49).

A concepção que a escola leva para a sala de aula vai organizar todo o seu funcionamento, sempre levando em consideração a cultura, a condição social dos educandos; assim, a escola faz valer o seu papel social, que vai além da alfabetização e letramento. Chega até a emancipação humana, independentemente de qual é a região onde ela está acontecendo.

Portanto, nas palavras de Paula e Oliveira,

[...] tornar popular a educação significa universalizá-la e democratizá-la em seus diferentes níveis e em suas diferentes dimensões, tornando-a, de fato, acessível às camadas populares, o que promove, pela via do conhecimento e da cidadania, as condições de inteligibilidade necessárias à transformação social e à emancipação humana, o fim último da ação político-pedagógica (PAULA; OLIVEIRA, 2012, p. 73).

A EJA pode ser uma ferramenta muito valiosa para transformar a vida de muitos jovens e adultos e contribuir para que eles próprios transformem a sua realidade, seja ela no campo ou na cidade, e, finalmente, para contribuir com uma sociedade mais justa e ética.

### 3.2 Formação de professores

O professor que não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem moral para coordenar as atividades de sua classe [...] a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor (FREIRE, 2013, p. 90).

É inegável que o compromisso com a formação dos professores, além de ser responsabilidade do Estado — que, por meio de políticas públicas, entre muitas coisas, deve oferecer formação inicial e continuada —, também é algo pessoal, pois o indivíduo deve assumir o compromisso de sua formação.

A Constituição de 1988 assegurou a todos os cidadãos o direito ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente da idade. Assim, conforme Gadotti (2001, p. 109), o

“atendimento para todos requer ampliação de vagas e distribuição de recursos para todas as faixas etárias sem discriminação complementada por políticas de formação, pesquisa [...]”.

A formação de professores de qualidade para a educação de jovens e adultos é de extrema importância e indispensável para que se possa ter um ensino de qualidade na EJA. Assim,

democratizar a escola e garantir a aprendizagem de qualidade significa, no contexto da EJA um investimento sério e de longo prazo, tanto formação inicial como na formação continuada dos professores. As universidades públicas têm o desafio de reorganizar os cursos de licenciatura preparando os futuros professores também para trabalhar na EJA, com a diversidade que a caracteriza (PAULA; OLIVEIRA, 2012, p. 61).

Essa diversidade exige do professor que atua na EJA conhecer seus alunos e seus contextos, para construir um trabalho mais sólido e que de fato ocorra a democratização do ensino. Stecanela, (2013, p. 58) diz que “a diversidade que é uma marca singular da população da EJA encontrará no educador e na escola espaço para fazer-se ver, mostrar seus saberes, pois a visibilidade é fundamental para os jovens”.

Então, investir em uma formação de qualidade para os professores torna-se essencial para desenvolver um bom trabalho com os alunos. Paula e Oliveira (2012, p. 60) indicam que “nesse campo, o que se constata é que, tanto no ensino superior como no antigo magistério, é pequeno número de iniciativas de formação de professores para atuar com esse público”.

Para Gadotti (2001, p. 111), se faz necessário que os professores tenham jornadas de trabalho menos elevadas, oportunizando para eles momentos de preparação de aulas e estudos, além de oferecer planos de carreira que os ajudem e incentivem a continuar no magistério, em virtude de seu crescimento profissional.

O educador da EJA deve estar ciente das dificuldades que permeiam essa modalidade de ensino.

Pensar o educador da EJA em tempos de complexidade em que nenhum conhecimento é construído isoladamente, é pensar no desdobramento da “teia” onde se inserem as relações, as subjetividades e a convivência. Pensar a educação para a cidadania planetária pressupõe o repensar constante da prática, sem que esquecer-se de olhar a História e com ela aprender. Faz-se necessário lançar, também, um olhar para o amanhã, fazendo um exercício de imaginar nossos educandos no mundo que construímos ou deixamos de construir. Mundo esse com contornos humanos, dignos de nossos educandos e filhos ou, quiçá, hostil, sobretudo para aqueles que a escola não preparou. Esse movimento poderá contribuir para nos “encharcarmos” da realidade da EJA, hoje, com tudo o que ela tem de encantos e desafios (STECANELA, 2013, p. 69).



O educador da EJA precisa muitas vezes rever sua prática e procurar melhorá-la para melhor atender seus educandos, contribuir para a transformação social e para o desenvolvimento pleno dos alunos.

#### **4 Metodologia**

A metodologia utilizada é de cunho bibliográfico com base na análise de textos, documentos, livros e artigos sobre o assunto, com o objetivo de identificar em documentos e dados estatísticos fatores que contribuem para a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Segundo Flick (2009), o conceito de pesquisa qualitativa é:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem (FLICK, 2009 p. 16).

A pesquisa bibliográfica é um recurso que oferece uma contribuição relevante a fim de aprimorar e ampliar os estudos do pesquisador; para Gil (2002), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas”.

Para Cortelazzo e Romanowski (2007), a pesquisa bibliográfica

[...] se refere aos estudos investigativos que têm como base fontes de referência tais como livros e periódicos. Seu objetivo é auxiliar na análise e na compreensão de um tema, contribuindo para explicar um problema a partir das inferências teóricas obtidas nas leituras (CORTELAZZO; ROMANOWSKI, 2007, p. 38).

A presente pesquisa se propôs identificar em documentos e dados estatísticos fatores que contribuem para a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos - EJA. O tema é o resultado das inquietações que surgiram durante a graduação e a ausência de discussões durante o curso sobre esta modalidade de ensino, além da necessidade de compreender os possíveis motivos que levam tantos alunos, jovens e adultos, a evadirem a escola.

#### **5 Considerações finais**

A pesquisa sobre a evasão na Educação de Jovens e Adultos possibilitou conhecer fatores que ainda permeiam esta modalidade e verificar se a permanência de alunos, jovens e adultos, ao longo da história, teve avanços. Porém, a evolução nessa modalidade de educação ainda não é suficiente para suprir as necessidades desta parcela da população que, por sua vez, ainda luta para ter seu direito ao acesso e permanência na escola e, ao mesmo tempo, se manter no mercado de trabalho.

Há fatores significativos, os quais ressignificam o tempo e o espaço da escola para esse público, conforme tabela 3.

**Tabela 3:** Fatores que aceleram a evasão na EJA

<b>Causas da evasão</b>	<b>Sugestões para evitar a evasão</b>
Educadores desmotivados ou sem preparo.	Refletir sobre a prática docente
Alunos cansados pela carga de trabalho.	Necessidade de a comunidade escolar como um todo tomar para si o papel na formação integral do cidadão, oferecendo um currículo dentro das possibilidades do educando.
As políticas do governo.	Manter e criar vínculos com as instituições sociais como a família.
Professor com a prática educativa ultrapassada.	Implantação de políticas integradas para EJA, com valorização e formação continuada dos professores.
Falta de professores.	
Condições de acesso e segurança precárias.	Currículo contextualizado que dê mais significado à aprendizagem.
Processo educacional descontinuo ou temporário. Isso desestimula o aluno a dar prosseguimento aos estudos.	Professor deve desenvolver estratégias de aprendizagem levando em consideração a realidade dos alunos.
Professores lecionam sem planejamento.	Proporcionar aprendizagem significativa.
Inflexibilidade do horário com os alunos que precisam trabalhar.	Levar em consideração os conhecimentos que os alunos trazem para a escola e desenvolver habilidades e competências.
Descaso dos sistemas de ensino perante a Educação de Jovens e Adultos	Professores e instituições devem repensar as práticas pedagógicas levando em consideração os interesses, as características, as condições de trabalho.
Atividades repetitivas na sala de aula.	Propor aulas reflexivas e que apresentem temas do cotidiano do aluno. Relacionar os temas com os conteúdos das aulas.
Necessidade de trabalhar para garantir o sustento e assim não consegue conciliar o trabalho com o horário ou carga horaria dos estudos.	Escola deve continuar com parceria, escola e empresa do aluno. A escola pode ser recolocada no espaço da indústria, mas para isso é preciso uma lei nacional.

**Fonte:** A autora (2019).

A falta de uma política pública mais efetiva, com perspectivas de qualidade e continuidade, voltada para essa clientela, acaba não colaborando para mudar a realidade dessa modalidade de educação. Muitos jovens e adultos acabam desistindo de seus estudos, por não encontrar na escola, muitas vezes, o respeito à diversidade que nela está contida.

## Referências

BASEGIO Basegio, J. L; MEDEIROS, L.R. **Educação de jovens e adultos: problemas e soluções**; 1. ed. Curitiba: Intersabers, 2013.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Brasília. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 nov. 2020.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo; ROMANOWSKI Joana Paulin. **Pesquisa e prática profissional: Organização da Escola**. Curitiba: IBPEX, 2007.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GADOTTI, Moacir Romão (Orgs). **Educação de jovens e adultos. Teoria, prática e proposta**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PAULA, Claudia Regina; OLIVEIRA, Márcia Cristiane. **Educação de jovens e adultos: educação ao longo da vida**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos. Curitiba: SEED, 2006.

[/http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce\\_eja.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_eja.pdf)

SOUZA, Maria Antônia. **Educação de jovens e adultos**. 2. ed. Curitiba, Ibepex, 2011.

STECANELA, Nilda (org.). **Jovens e cotidiano: trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida**. Caxias do Sul: EDUCS, 2013. (Caderno EJA).